PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Ciências Contábeis

6º Período Noite

Análises de Custos

Auditoria

Contabilidade e Orçamento Empresarial

Contabilidade Governamental

Ética Profissional

Sistemas Contábeis II

Andressa Ferreira Caldeira

Carla Thamiris Santos Amorim

Paloma de Freitas carvalho

Sarah Duarte Millard

**CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL:**

**contabilidade como ciência social aplicada a micro e pequenos empresários prestadores de serviços da região metropolitana de Belo Horizonte**

Belo Horizonte

18 maio 2015

Andressa Ferreira Caldeira

Carla Thamiris Santos Amorim

Paloma de Freitas carvalho

Sarah Duarte Millard

**CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL:**

**contabilidade como ciência social aplicada a micro e pequenos empresários prestadores de serviços da região metropolitana de Belo Horizonte**

Relatório apresentado às disciplinas: Análise de Custos, Auditoria, Contabilidade e Orçamento Empresarial, Contabilidade Governamental, Ética Profissional, Sistemas Contábeis II do 6º Período do Curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Amaro

 Amilson

 Alex

 Giovani Caixeta

 José Ronaldo da Silva

 Silvana

Belo Horizonte

18 maio 2015

**CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL:**

**contabilidade como ciência social aplicada a micro e pequenos empresários prestadores de serviços da região metropolitana de Belo Horizonte**

**RESUMO**

Uma característica marcante da economia brasileira é o grande número de micro e pequenos empresários em todas as categorias econômicas. Desde prestadores de serviços até ao setor industrial este grupo empresarial consome do total cerca de 90% das empresas destes setores. Entretanto, de acordo com Esmeraldo (2012, p. 237-239) os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pesquisa realizada pelo SEBRAE (2012), as micros e pequenas empresas são responsáveis pela geração de 97,4% dos postos de trabalho do país, também corresponde a 99% das empresas formais; 25% do PIB; 51,6% dos empregados registrados e 39,7% dos salários pagos. Observa-se ainda em mesma pesquisa que 42% destas “fecham suas portas” nos primeiros cinco anos de existência.

O propósito deste projeto de extensão universitária é compreender os fatores que ocasionam o encerramento precoce das atividades mercantis destas entidades e atender um grupo de empresas a fim de conhecer de perto como é atualmente o dia-a-dia destas instituições, entender suas principais dificuldades e propor uma análise sistemática de seus processos e auxiliá-las ao desenvolvimento de qualidade.

Nesse sentido, propõe-se uma ação extensionista num grupo de cinco micro empresários prestadores de serviço. Estes passarão por visitas técnicas e devemos fazer uma revisão de seus processos internos, definirem seus gargalos e auxiliá-los a compreensão de como atuar com qualidade e manter o controle da solvência econômica de seu negócio.

A proposta implica que o resultado destas visitas atenda tanto o microempresário quanto os estudantes de contabilidade, no sentido de compreender a responsabilidade social da contabilidade no cenário da economia brasileira e como esta é de fato uma ferramenta social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade, Responsabilidade Social, Economia Brasileira, Extensão Universitária, Micro e Pequeno Empresários.

**1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo, desenvolver a contabilidade como um instrumento importante de controle interno e regulamentação social aplicada a micro e pequenos empresários prestadores de serviços da região metropolitana de Belo Horizonte. Obteve-se como referencial teórico, bibliografias, entrevistas e outros meios de consultas para o conhecimento do tema e estudo de caso.

Conhecer o tema proposto é de extrema importância para os contabilistas deste curso por se fazer concreto na atividade da profissão na atual sociedade. As micro e pequenas empresas são assim nomeadas perante a [Lei Geral para Micro e  Pequenas Empresas](http://empresasefinancas.hsw.uol.com.br/lei-geral-para-micro-e-pequenas-empresas.htm). De acordo com essa lei, que foi promulgada em dezembro de 2006, “as micro empresas são as que possuem um faturamento anual de, no máximo, R$ 240 mil por ano. As pequenas devem faturar entre R$ 240.000,01 e R$ 2,4 milhões anualmente para ser enquadradas.”; e o SEBRAE as define como entidade limitada micro às “que empregam até nove pessoas no caso do comércio e serviços, ou até 19, no caso dos setores industriais ou de construção. Já as pequenas são definidas como as que empregam de 10 a 49 pessoas, no caso de comércio e serviços, e 20 a 99 pessoas, no caso de indústria e empresas de construção.”.

A contabilidade gerencial é a principal ferramenta das atuais sociedades empresárias, com as micro e pequenas empresas não poderia ser diferente, ainda podemos afirmar que os contabilistas é mais importante nestas atividades, por ser este profissional na maioria das vezes o único consultor destas sociedades. Assim, a manutenção das atividades destas organizações no mercado dá-se a partir da análise de sua sustentabilidade econômica, ou seja, ocorre função de informações transparentes ao seu contador em contrapartida o recebimento de informações de grande valia por se tratar as informações contábeis fornecidas da viabilidade econômica do seu negócio.

A finalidade desta pesquisa é analisar o assunto proposto de maneira ordenada e sintética. Inicialmente, pretende-se definir e confrontar os conceitos de Contabilidade como ciência Social e responsabilidade social sua aplicabilidade na sociedade brasileira a partir de um estudo de caso aplicado sob a forma de um projeto de extensão que utiliza para seu embasamento uma análise do controle interno de cinco micros e pequenos empreendedores da região metropolitana de Belo Horizonte. Nosso objetivo é concluir como o profissional contábil auxilia o controle social e pode contribuir para a melhoria da saúde econômica do Brasil a partir da execução de sua função no auxílio e gerenciamento dos micro e pequenos empreendedores nacionais.

* 1. **Justificativa**

A extensão universitária é uma oportunidade de convivência e envolvimento direto com as realidades econômicas e sociais de nosso país. A experiência desta vivência direta com a sociedade possibilita aos participantes desenvolver novos conhecimentos a partir de investigação e compromisso social que contribuam em uma pequena fatia para a transformação da sociedade provocando o encorajamento dos alunos a assumir este compromisso social.

O curso de Ciências Contábeis oferece uma formação técnica e gerencial de como oferecer a partir de seu domínio a saúde financeira das sociedades empresarias em todas as suas formas de atuação nacional e internacionalmente. Assim, esta proposta extensionista pretende contribuir com a formação dos alunos de Ciências Contábeis capacitando-os para uma atuação mais qualificada e adequada para o atual cenário da economia nacional.

Complementando as disciplinas cursadas com as informações de controle interno das instituições onde aplicaremos a nossa proposta extensionista pretendemos aprofundar em nossa competência crítica acerca da multidisciplinariedade de nossa profissão bem como enfrentar os desafios sociais e suas desigualdades. Para tal utilizaremos do diálogo da teoria com o mercado das micro e pequenas empresas e disseminar o conhecimento produzindo na academia preparando-os para atuar na sociedade de acordo com a demanda de seu setor.

**1.2 Objetivo Geral**

* Capacitar micro empresários prestadores de serviços para o conhecimento pleno de seu negócio, controle interno adequado às suas atividades e qualifica-los para o conhecimento sustentável de sua entidade.

**1.3 Objetivos Específicos**

* Realizar juntamente com os empresários uma revisão analítica de seus processos;
* Capacitar os empresários para o conhecimento das ferramentas de controle interno adequadas à sua atividade;
* Estimular os micro e pequenos empresários ao conhecimento crítico de seu negócio enfatizando como a contabilidade gerencial pode auxiliá-los ao controle constante de seu negócio.

**1.4 Metas**

* Entrevistar cinco micro empresários prestadores de serviços;
* Oferecê-los uma capacitação básica para a elaboração de um controle interno;
* Fazê-los compreender como é importante conhecer e controlar o seu negócio para a garantia da continuidade de sua entidade.

**2 DESENVOLVIMENTO**

**2.1 Conceito de Contabilidade com Ciência Social, Responsabilidade Social, Contabilidadecomo ferramenta de controle social e suas respectivas relação.**

Para Araújo (2015), a contabilidade é uma ciência social porque é a ação humana que gera e modifica o fenômeno patrimonial. Contudo, a contabilidade utiliza os métodos quantitativos como sua principal ferramenta, mostrando assim o valor do patrimônio da empresa e possui um vasto campo de atuação, aplicando-se a todos os aspectos sócios econômico da sociedade. A contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis na tomada de decisões dentro e fora da empresa.

Ainda de acordo com Araújo (2015) a contabilidade como ciência social é identificada nas empresas por serem parte integrante da sociedade e causa influencia com suas tomadas de decisões. Desta forma, a contabilidade se torna indiscutivelmente uma ciência social, envolvida num contexto geral com a sociedade.

Entretanto, além das definições da contabilidade como ciência social abordadas anteriormente, existe a preocupação quanto à responsabilidade social das sociedades empresárias no exercício de suas atividades. De acordo com Grajew (1999) citado por Duarte e Torres (2005, p. 23), a responsabilidade social trata-se da relação ética, da relação socialmente responsável das empresas em todas as suas ações, políticas, práticas e em todas as suas relações. Para Duarte e Torres (2005, p. 23), quando se fala em responsabilidade social a empresa age de forma estratégica, traçando metas para atender as necessidades sociais, a garantir o lucro da empresa, assim como a satisfação do cliente e o bem estar social.

Dessa forma, questionamos o quanto a contabilidade influencia na responsabilidade social das entidades. Para Casagrande (2012) é notório a constante preocupação da sociedade com o desenvolvimento econômico ligado à destruição do meio ambiente, provocando assim a busca por maior empenho em desenvolver estratégias que estimulem a preservação da natureza e ao mesmo tempo desenvolver o controle do resultado socioambiental do crescimento econômico.

Para a divulgação das informações sociais e ecológicas, várias demonstrações contábeis podem auxiliar no detalhamento e apresentação das informações, bem como a divulgação das ações sociais e ambientais desenvolvidas.

  Assim é possível associar a Contabilidade Social ao esclarecimento e mensuração de fatos econômico-financeiros ligados às questões, vislumbrando a evidenciação da posição do patrimônio empresarial. (CASAGRANDE, 2012).

As informações sociais e ambientais devem ser observadas, produzidas e registradas nos alicerces da Contabilidade Tradicional, e como ramo da Ciência Contábil, possui como objeto produzir informações sobre os impactos sociais e ambientais resultantes da atuação das empresas e seus reflexos no patrimônio, não só da organização, mas do patrimônio social e ambiental que é de toda a sociedade, representado através de seus recursos naturais e fundamentais à vida do ser humano. (CASAGRANDE, 2012).

 Por fim, debatemos como poderia ser concretizado o controle social a partir da contabilidade, de acordo com Araújo (2005, p. 303-306), o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o IBASE, padronizou um modelo de balanço social que apresenta a prestação de contas em atividades sociais, demonstrando o cumprimento de sua função social, mediante indicadores como o perfil social dos funcionários, o padrão de atendimento utilizado para responder às cláusulas sociais de trabalho e os investimentos para incluir entre os objetivos empresariais valores que incentivem o desenvolvimento humano e a qualidade de vida de seus empregados e da comunidade.

 Nesse modelo, é comparado o total dos investimentos em programas sociais com a receita líquida, com a folha de pagamento e com o lucro operacional da empresa, tornando-se assim um interessante instrumento para avaliar o percentual de “lucro social” obtido com as atividades socialmente responsáveis. (ARAÚJO, 2005, p. 303-306).

A obrigatoriedade da constituição de Balanço Social ainda é discutida, porém até o momento não foi instalada nenhuma legislação de obrigatoriedade desta publicação. Algumas entidades como Natura, Faber Castell, dentre outras utilizam esta ferramenta como uma maneira de esclarecer a contrapartida dos danos que sua atividade causa ao meio ambiente.

**2.2 Projeto de extensão: Estudo de caso aplicado a cinco micro e pequenos empresários prestadores de serviços da região metropolitana de BH**

A partir dos conceitos obtidos acerca da contabilidade como ciência social, pretendemos demonstrar a responsabilidade social das entidades entrevistadas e seu impacto conjuntural na economia brasileira. O estudo de caso é aplicado a cinco micro e pequenos empresários prestadores de serviço da região metropolitana de Belo Horizonte. Conforme tabela abaixo seguem informações acerca da atividade de cada micro empresário.

 Tabela 1: Atividade dos Micro e pequenos empresários



 Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com SEBRAE (2015), as sociedades empresárias precisavam ser regulamentadas diferencialmente para atender aos requisitos estabelecidos na Constituição Federal Brasileira. Dessa forma, a Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foi instituída em 2006 e a partir desta, foi instituído um regime tributário diferenciado para estas entidades garantindo-lhes benefícios diversos sendo os principais a simplificação, desburocratização, facilidades de inserção no mercado, ao crédito, à justiça e acima de tudo o estímulo à inovação e exportação.

O critério para diferenciar estas entidades é baseado pela Receita Bruta. O SEBRAE (2015) demonstra uma explicação facilitadora da compreensão deste critério:

A microempresa será a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufira em cada ano calendário, a receita bruta igual ou inferior a R$ 360.000,00.

Se a receita bruta anual for superior a R$ 360.000,00 e igual ou inferior é R$ 3.600.000,00, a sociedade será enquadrada como empresa de pequeno porte. Estes valores referem-se a receitas obtidas no mercado nacional. A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite de R$ 3.600.000,00.

A Lei Geral também criou o microempreendedor individual, que é pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional, com receita bruta anual de até R$ 60.000,00. O microempreendedor pode possuir um único empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa. (SEBRAE, 2015).

Entretanto, os profissionais liberais até a data analisada pelos autores não se enquadravam em nenhuma destas atividades, por estipulação da legislação vigente, independente de sua receita bruta não poderia aderir ao regime tributário do Simples Nacional eram tributados pelo regime do lucro presumido. Entretanto, conforme o SEBRAE (2015), um grande número de atividades destes profissionais poderão se beneficiar com as garantias propostas pelo Simples Nacional. De acordo com nossas análises observamos que a tributação aplicada aos empresários é:

Tabela 2: Tributação aplicada aos micro e pequenos empresários



Fonte: Elaborado pelos autores.

O objetivo deste projeto de extensão é conhecer o grau de conhecimento e controle que cada empresário possui acerca de seu negócio. Percebemos que nem todos os empresários possuem controle interno, ou qualquer ferramenta que possa mensurar os seus reais ganhos, custos, despesas. Alguns nem sabem a carga tributária ao qual contribuem.

Conforme Almeida (2009, p.62), o controle interno de uma empresa é formado a partir dos controles contábeis e administrativos, os quais exercem a função de proteger os ativos e salvaguardar o patrimônio das empresas, prevenindo erros e procedimentos ilegais ou fraudulentos dentro destas empresas. O controle interno deve ser adequado à realidade da empresa, e oferecer uma boarelação custo/benefício, e, para isto, deve este ser estruturado pelaadministração da empresa, de forma a propiciar uma razoável margem de segurança e garantir que os objetivos e metas sejam alcançados ao menor custo possível, sendo então eficaz e eficiente. Observamos que:

Tabela 3: Existência de Controle Interno nos micro e pequenos empresários



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir destas respostas, observamos que os empresários que possuem um controle interno são justamente os que também possuem uma graduação. Nas entidades que não possuem controle interno foi possível observar que a atividade dos mesmos é de grande procura no mercado, ou seja, possuem um faturamento que atende às expectativas de ambos e talvez por este motivo a saúde financeira da instituição ainda não foi atingida e o motivo não os faz perceberem a necessidade de controle de sua atividade.

O MEI não possui obrigatoriedade legal de contabilidade terceirizada. Os prestadores de serviço de acabamento em gesso, psicologia e o salão de beleza possuem contabilidade terceirizada, entretanto, somente o consultório de psicologia possui a escrituração adequada da movimentação da sua instituição.

Dentro deste contexto, aplicando às disciplinas cursadas neste período, procuramos a partir dos materiais obtidos em sala de aula, oferecer aos empresários uma ferramenta básica para controlar o dia-a-dia de suas atividades. Está em andamento à execução deste projeto na marcenaria, salão de beleza, e dos prestadores de serviço de acabamento em gesso. Sendo que nestes últimos, não localizamos nenhuma maneira ágil de colocar em dia os contratos vigentes, pois não possuíam informações que pudessem nos assegurar a veracidade de cada obra. No salão de beleza até existe uma planilha básica para o controle do faturamento, entretanto nada que padronize os preços e pelo fato de ser uma empresa familiar não é possível estabelecer os gastos e custos fixos a fim de que chegássemos a algum resultado, o dinheiro entra e sai do caixa e da conta bancária sem controle algum de sua destinação. Nestes casos, estamos acompanhando os empresários, julgamos importante ressaltar que os empresários são pessoas que conhecemos e por este motivo tivemos total liberdade para evidenciação das informações aqui descritas. O MEI, apesar de não possuir contabilidade terceirizada possui planilhas que controlam toda a sua receita, custos e despesas, e neste aplicamos somente as informações acerca da contabilidade.

Para evidenciação do trabalho realizado, demonstraremos a partir de agora, a título de exemplificação, as informações do consultório de psicologia (Empresa Modelo), pois para enquadrar-se no contexto da academia e das disciplinas em curso é o único que possui contabilidade e escrituração específica que nos garante a veracidade dos dados apresentados. Entramos em contato com o escritório de contabilidade deste consultório e partir dos balanços patrimoniais, balancetes, razões, e demonstração do resultado dos anos de 2012 e 2013, a parir disso, foi possível elaborar as análises interdisciplinares e aplicar o objetivo deste projeto de extensão.

De acordo com o portal da Prefeitura de BH (2015) Quando os serviços de psicólogo forem prestados por sociedades constituídas por profissionais de mesma habilitação, o ISSQN devido será recolhido por um valor fixo mensalmente em relação a cada sócio da sociedade. O valor pago de ISSQN no ano de 2013 pela empresa em análise foi de R$ 135,27 por mês.

 Tabela 4: Tributação dos Serviços de Psicologia



 Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

Frezatti (2007) conceitua orçamento como o plano financeiro para programar a estratégia da empresa para determinado exercício e será onde a empresa se permitirá definir as metas, ou ate mesmo controlar o desempenho. Já Horngren, et al. (2004), diz que o orçamento é um método pelo qual os gestores utilizam como apoio para suas funções de planejamento e controle. Auxilia os gestores a estipular os objetivos da empresa e suas metas.

A partir dos conhecimentos obtidos pela disciplina de orçamento empresarial elaboramos para os anos estipulados planilhas que evidenciam o montante realizado pela instituição, por mais que em curso utilizamos este material para prever o orçamento das entidades, esta ferramenta nos permitiu observar o que foi realizado neste ano (planilhas anexas ao fim do trabalho) e nos permitiu observar o resultado das vendas na empresa.

Martins (2001) descreve que custo é o esforço financeiro despendido para a aquisição de um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço. O custo se equivale a um gasto relativo à bem ou serviço utilizado na produção do serviço, que ao se estabelecido podemos determinar o preço de vendas ou da prestação do serviço. Desta maneira, buscamos mediante informações verbais com o professor de custos, Sr. José Ronaldo e os demais conteúdos por ele obtidos no decorrer de sua disciplina no intuito de estabelecer qual o melhor critério de custeio a ser aplicado a esta atividade de prestação de serviços de psicologia.

Existem diferentes tipos de custeio, custeio variável, absorção, ideal e ABC. Cada qual possui diferentes formas de execução dos processos que levam ao produto oferecido pela entidade no intuito de compreender os reais custos envolvidos: diretos e indiretos - fixos e variáveis; além das respectivas despesas e sua alocação ao produto. A partir desta análise chegamos à conclusão de que o melhor método de custeio a ser utilizado seria o custeio variável, pois não possuímos critérios suficientes para utilizarmos o custeio absorção ou ABC devido à especificidade da entidade não oferecer um ciclo produtivo, apenas prestar serviços.

O custeio variável é um método que resultado nos possibilita conhecer a margem de contribuição do produto, segundo Moura (2005) a margem de contribuição é a apresentação imediata de cada produto, que é a diferença do preço de venda e o custo do produto, e a fácil geração de informação para a administração quando necessita saber quais produtos são mais rentáveis. Elaboramos a partir disto, uma análise trimestral dos anos de 2012 e 2013 acerca da margem de contribuição por produto deste período. Observamos que há oscilação dos serviços prestados. E que os maiores volumes de serviços prestados ocorreram no segundo semestre do ano de 2013, e por consequência maior margem de contribuição. O gráfico a seguir demonstra a variação da margem de contribuição trimestral, as tabelas que utilizamos como bases estão anexas ao final do trabalho.

Gráfico 1 – 2012

Fonte: Elaborado pelos autores

Gráfico 2 – 2013

Fonte: Elaborado pelos autores

Uma pequena observância dos gráficos nos permite identificar o quanto à entidade evoluiu em termo de volumes de serviços prestados no ano de 2013, especificamente no segundo semestre. Contatamos a contabilista da empresa e percebemos que a mesma aumentou seu *mix* de produtos, aumentou a sua carga horária e ainda passou também a prestar serviços de psicologia junto ao DETRAN.

O ponto de equilíbrio é o volume em que as receitas e despesas totais da entidade se igualam. Neste ponto é possível observar os custos fixos e variáveis. A partir deste nível o empreendedor começa a gerar lucro, abaixo opera com prejuízos. O ponto de equilíbrio contábil ou operacional é o mais comum e tradicional para análises, onde, conforme o explicado anteriormente, o valor das receitas iguala-se ao das despesas. É o quociente simples da divisão dos valores dos custos e despesas fixas pela margem de contribuição unitária. Nesse aspecto, não haveria lucro e nem prejuízo contábil. Já o ponto de equilíbrio financeiro leva em consideração valores intrínseco aos custos e despesas fixas totais e que são apropriados sem o respectivo desembolso, como é o caso da depreciação, por exemplo. Dessa forma, o cálculo levaria em conta a diferença dos custos fixos e despesas fixas totais com os valores sem desembolso de numerário, dividida pela margem de contribuição unitária. Esse aspecto é considerado o mais completo para uma análise detalhada. (MARTINS, 2001, p.278). Desta maneira, mesmo que não observado nas MCU demonstrada anteriormente, verificamos que a entidade possuiu:

Gráfico 3 : PEC e PEF em quantidade comparando com as receitas de 2012

Fonte: Elaborado pelos autores

Percebemos que no primeiro trimestre deste ano a entidade operou com resultado econômico e financeiro negativos, entretanto, compensou nos posteriores, garantindo no resultado anual um resultado compensador.

Gráfico 4 : PEC e PEF em quantidade comparando com as receitas de 2013

Fonte: Elaborado pelos autores

Confirmando o resultado positivo aumentado em quase quatro vezes de 2012 para 2013 nesta entidade, percebemos o quanto a mesma evolui em volume de serviços prestados frente o ano anterior pelos motivos já descritos neste texto. Foi possível identificar que a mesma quase não evoluiu em custos e despesas quando comparado ao volume de serviços. Assim, enfatizamos a import~encia desta análise para compreender o quanto sua atividade vem evoluindo, permitindo maior embasamento para orçamentos futuros bem como melhores projeções de uma futura expansão em seu negócio.

O SEBRAE (2015) nos informa que o volume das Micros e Pequenas Empresas (MPE) vêm progressivamente aumentando sua relevância na economia brasileira. Constatou-se em pesquisa realizada pelo mesmo que em termos agregados esta participação era de 21% em 1985, aumentou para 23% em 2001 e para 27% em 2011. Esta participação aumentou tanto em serviços como no comércio tendo se reduzido um pouco na atividade industrial, onde predominam médias e grandes empresas que se beneficiam de economias de escala.

Já o Globo (2015) nos informou que em novembro de 2014 o número de micro e pequenas empresas cresceu mais que o dobro entre 2007 e novembro de 2014, chegando ao equivalente a 84,9% das empresas registradas em todo o país. Sendo que no setor de comércio os pequenos negócios chegam ao equivalente a 45,6%, o setor de serviços corresponde a 44,3% e o setor de indústria tem 8,1%.

Desta maneira, enfatizamos a importância deste projeto de extensão para nós estudantes de contabilidade compreendemos o quanto nossa profissão pode contribuir para a solvência econômica das instituições e esta garantir uma qualidade econômica ao Estado com a realização de sua atividade. Sem muitas análises agora, nos é possível compreender o porquê da importância de auxiliar os micro e pequenos empresários ao controle de seu negócio, pois podemos juntamente deles contribuir para a sua continuidade e crescimento econômico, pois caso o trabalho permita o controle e conhecimento do negócio poderá em contrapartida perceber as oportunidades de seu produto e/ou serviço e caso evidenciado a oportunidade poderá oferecer aos mesmos um crescimento.

Cabe-nos, no entanto, enquanto profissionais trabalhar com ética que segundo Lisboa (1997), constitui em seu objetivo o estudo comportamental que visa de estabelecer os níveis aceitáveis que garantam a convivência pacífica dentro dassociedades e entre elas. Assumirmos com dignidade nosso conhecimento e ganhar junto dos micros e pequenos empresários credibilidade do potencial profissional que possuímos enquanto contabilistas, no intuito de garantir o crescimento profissional de ambos e, por conseguinte a longo prazo auxiliar no progresso da economia brasileira.

**3 DISCUSSÃO INTERGRUPAL**

A execução deste projeto de extensão possibilitou-nos a compreensão da realidade atual da economia brasileira, dado de destaque a participação que os micro e pequenos empresários assumem na mesma, uma vez que representam 99% do total de estabelecimentos existentes e respondem por cerca de 40% da massa de remuneração paga aos empregados formais nas empresas privadas.

Os estudos bibliográficos acrescentou-nos o conhecimento histórico e burocrático do desenvolvimento das Micros e Empresas de Pequeno Porte no Brasil e a maneira como foi se consolidando como uma entidade diferenciada por meio das autonomias adquiridas no decorrer do tempo sob a forma de garantias legais (regime único, Simples Nacional) concedidos pelo reconhecimento do Estado acerca dos benefícios que os micros, pequenos empresários e empresário individual fomenta à sociedade prestando serviços de natureza e responsabilidade estatal e a forma com a realização deste contribui para a formação de uma sociedade mais justa.

O estudo de caso da “Empresa modelo” possibilitou-nos a aplicação das disciplinas cursadas e a concretização do projeto de extensão, onde observamos como são evidenciados os processos empresariais, sua concretização na sociedade empresária e por fim seu impacto na sociedade. Ainda, por meio das pesquisas bibliográficas, identificamos a contribuição que o profissional contábil exerce junto às microempresas, uma vez que foi observado neste projeto a falta de capacitação e ferramentas de controle interno nestas empresas de pequeno porte e empresário individual, pois os mesmos muitas vezes têm uma boa ideia de negócio, mas não possuem capital intelectual suficiente para assegurar a continuidade do mesmo. Tento em vista a representatividade destes profissionais na economia brasileira evidenciamos o quanto é necessário investimento neste ambiente para assegurar o crescimento da economia.

A profissão contábil é multidisciplinar e tem que se atualizar de acordo com as necessidades do mercado trazendo conceitos, definições e análises que podem fazer a diferença na orientação dos micro e pequenos empresários, desde a constituição até o prolongamento da vida útil deste tipo de empresas, as micros e pequenas empresas representa uma parcela significativa no mercado e vem crescendo cada vez mais. O contador tem que se adequar para atender as necessidades desse mercado vasto e promissor. E esta pesquisa nos permitiu identificar mais uma possível área de atuação do contabilista e/ ou sua possível contribuição para a formação de uma sociedade mais transparente, ética, justa e solidária ao transmitir com ética e responsabilidade as demonstrações financeiras destas organizações, objeto de seu trabalho, à sociedade.

**CONCLUSÃO**

Este trabalho nos permitiu compreender como a contabilidade é de fato uma Ciência Social a partir da observância de quanto sua aplicação pode contribuir para a melhora da conscientização da responsabilidade social dos micros e pequenos empresários brasileiros e, por conseguinte, a longo prazo a evolução da economia brasileira a partir deste mercado empresário.

Conhecer a realidade de uma pequena fatia dos micro e pequenos empresários da região metropolitana de Belo Horizonte, a partir deste projeto de extensão, foi suficiente para nos fazer compreender a responsabilidade social do profissional contábil, pois a qualidade das informações que oferece ao cliente acerca do seu negócio e seus riscos pode possibilitar ao mesmo um auxílio a partir de consultorias e até mesmo uma capacitação, caso seja necessário. O controle interno adequado é uma ferramenta gerencial indispensável para obtenção do sucesso das empresas e sua manutenção no mercado, este estudo ainda nos possibilitou conhecer a importância da contabilidade na promoção, desenvolvimento e sustentabilidade destas atividades.

Aos futuros contabilistas espera-se que percebam as oportunidades que sua profissão o permite atualmente e executá-las de forma ética a fim de auxiliar no desenvolvimento econômico e sustentável da sociedade em que atua.

**REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <edukavita.blogspot.com.br/2013/05/custo-definicao-conceito-significado-o.html>. Acesso em: 29 abr.2015.

ARAÚJO, Cleonilva de. A Contabilidade como ciência social. **Instituto Cuiabano de Educação**. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/index.php?sid=445>>. Acesso em: 10 mai 2015.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Responsabilidade Social: Balanço Social. In: FRANCISCHINI NETO, Andresa Silva. **Responsabilidade Social das Empresas:** A Contribuição das Universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2005, p. 303-306.

CASAGRANDE, Simoni. A Importância da Contabilidade Social e Ambiental. **Revista Educação Ambiental em Ação**, 11 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1188>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

DUARTE, Cristiani de Oliveira Silva; TORRES, Juliana de Queiroz Ribeiro. Responsabilidade Social Empresarial: O que é responsabilidade social. In: FRANCISCHINI NETO, Andresa Silva. **Responsabilidade Social das Empresas:** A Contribuição das Universidades. São Paulo: Instituto Ethos, 2005, p. 23.

ESMERALDO, Ana Carolina. **Mortalidade de empresas cai, mas especialista alerta para falta de planejamento e postura empreendedora**. Disponível em: Acesso em 10 de Maio de 2015.

FREZATTI, Fabio. **Orçamento empresarial, planejamento e controle gerencial.** São Paulo; Atlas, 2007.

GLOBO, o. **Número de micro e pequenas empresas mais que dobrou em sete anos, mostra novo empresômetro.** São Paulo: 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/numero-de-micro-pequenas-empresas-mais-que-dobrou-em-sete-anos-mostra-novo-empresometro-14592574>. Acesso em: 30 abr. 2015.

HORNGREN, Charles; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William.O. **Contabilidade Gerencial.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1997.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOURA, Herval da Silva. O custeio por absorção e o custeio variável: qual seria o melhor método a ser adotado pela empresa? Disponivel em: <<http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/32/o_custeio_por_absorcao_e_o_custeio_variavel.pdf>> Acessado em : 30 abr 2009.

PORTAL da Prefeitura de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=financas&tax=35233&lang=pt_BR&pg=5565&taxp=0&>>. Acesso em 02 mai. 2015.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Entenda as distinções entre microempresa, pequena empresa e MEI.** <[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa,-pequena-empresa-e-MEI](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Entenda-as-distin%C3%A7%C3%B5es-entre-microempresa%2C-pequena-empresa-e-MEI)>. Acesso em: 14 mai 2015.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Mudanças no Supersimples: o que o dono de pequeno negócio deve saber.** <[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Mudan%C3%A7as-no-Supersimples:-o-que-o-dono-de-pequeno-neg%C3%B3cio-deve-saber](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/Mudan%C3%A7as-no-Supersimples%3A-o-que-o-dono-de-pequeno-neg%C3%B3cio-deve-saber)>. Acesso em: 14 mai 2015.

SEBRAE. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira.** Disponível em: <Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2015.